

## Salvador, espaço de reprodução da “globalização perversa”: plataforma no centro do debate da cidade (in)visível

Luiz Carlos Rocha

Licenciado em Educação Física e Ciências Sociais pela UFBA, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Professor da FSBA; da UEFS e da UNEB

### RESUMO

Este texto discute a questão de quem constrói Salvador, quem a imagina, quem a pensa, quem a ignora, a partir dos discursos da cidade visível e da cidade invisível e seus impactos no processo de reordenação dos espaços urbanos. Ao escolhermos Salvador como objeto de estudo, pretendemos refletir sobre a cidade como organização complexa, que tem como um dos seus grandes desafios a gestão local.

**Palavras-chave:** Salvador, plataforma, políticas públicas, globalização.

### ABSTRACT

The present text presents the following questions: who builds Salvador, who imagines it, who thinks it, who ignores it, from the discourses of visible city and invisible city and their impacts in the process of reorganization of urban spaces. In selecting Salvador as the research's object, we intend to reflect about the city as a complex organization, which has the local administration as one of its biggest challenges.

**Keywords:** Salvador, platform, public politics, globalization.

### RESUMEN

Este texto discute la cuestión de quien erige la ciudad de Salvador, quien la imagina, quien la piensa, quien la ignora, a partir de los discursos de la ciudad invisible y de la ciudad visible y suyos impactos en el proceso de reordenación de los espacios urbanos. Cuando seleccionar Salvador como objeto de estudio, pretendemos reflejar sobre la ciudad como organización compleja, que tiene como uno de suyos grandes desafíos, la administración local.

**Palabras-clave:** Salvador, plataforma, políticas públicas, globalización.

A cidade e as suas diferentes formas de organização urbana representam, na atualidade, temas centrais na compreensão do mundo contemporâneo. Nas últimas décadas, muitas investigações têm sido feitas visando a identificar as tendências da rápida urbanização, a assimetria do sistema das cidades, os desequilíbrios regionais e as políticas estatais, que contribuem na construção dos novos grupos sociais tanto no âmbito local como no global.

Analisar os diferentes processos que ocorrem na cidade, como o planejamento e a sustentabilidade urbana significa, antes de tudo, possibilitar a retomada da política como espaço central na discussão sobre o presente e o futuro das cidades no contexto contemporâneo, oportunizando a implementação de políticas de intervenção no espaço urbano e a busca de alternativas para melhorar efetivamente a qualidade de vida das pessoas e a difícil construção da cidadania no Brasil (VITTE, 2002).

Para tanto, é necessário romper com as visões que entendem a cidade apenas como um local pensado arquitetonicamente para agrupar pessoas, corpos, empresas, objetos, e substituí-la por outra, que a entenda como

Um conjunto de representações que formam o tecido urbano, num ambiente culturalmente rico, capaz de manter suas tradições e suscitar novos hábitos e idéias, valorizando mais a participação comunitária, a cultura, a história, as tradições, as raízes, a natureza, o cidadão, a cidadania, o cotidiano (RECHIA, 2001).

Desta forma, a cidade passa a significar o espaço onde as pessoas constroem suas representações no cotidiano, um lugar capaz de proporcionar transformações significativas no modo de vida das pessoas que fazem parte de uma mesma comunidade, através das múltiplas relações que estabelecem dentro de um mesmo contexto. Assim, o espaço local ganha grande importância nas discussões pela profunda articulação entre cidade e cultura. Conforme Magnani, citado por Rechia (2001),

O que importa não é apenas o reconhecimento e o registro da diversidade cultural, nesses e em outros domínios das práticas culturais, mas também a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas - de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade - que só aparecem exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido.

Luiz Carlos Rocha

Pensar a cidade, portanto, é pensar que ela pode assegurar, a partir de intervenções no cotidiano, uma ação mais democrática e descentralizada dos espaços, através da participação mais intensa dos seus atores sociais (políticos, intelectuais, educadores, Estado), tornando-os co-participantes do processo de dinamização dos espaços urbanos.

Leandro Konder citado por Vitte (2002) lembra que, nas cidades da antiguidade greco-romana, iniciou-se o esforço para ampliar a participação das pessoas no exercício do poder, a partir das lutas dos cidadãos (homens da cidade) contra a monarquia (governo de um só) e contra a oligarquia (governo de poucos), na busca pela tão desejada democracia (governo do povo), passando a cidade a ser vista como um local de muitas contradições, que são resolvidas a partir das negociações políticas estabelecidas pelo coletivo.

A trilogia cidade-Estado-cidadania, entretanto, que caracterizava as cidades da antiguidade greco-romana, deixou de ser a referência para a formação das novas cidades embora, ainda hoje, permaneçam alguns dos seus princípios, como “a cidade é o espaço principal para a construção social, para a construção da cidadania e formação das identidades coletivas”. É também “o cenário de relações sociais múltiplas, espaço que concentra a diversidade, a heterogeneidade expressa na cultura, economia, política e sociedade” e, por fim, é o espaço fundamental do público (em oposição ao privado), sendo a instância privilegiada de regulação e mediação dos conflitos.

Diz ainda Konder que, posteriormente, a cidade assume outras formas e, a partir da Idade Média, caracteriza-se como um mercado, no qual as relações sociais estabelecem-se em função das trocas e dos contatos mercantis, emergindo a cidade comercial em substituição à cidade política verificada anteriormente nas sociedades antigas. Com o tempo, a cidade mercado consolida-se e abre espaço para a formação da cidade industrial e, com esta, o processo de urbanização da sociedade, com suas crises, incertezas e perplexidades, muitas destas provocadas pelos fenômenos sociais contemporâneos como a globalização.

De acordo com Garcia (2002), as questões relacionadas à globalização que repercutem nas cidades são importantes para a compreensão do significado da crise, porque, ao mesmo tempo em que o fenômeno da globalização convoca as cidades para serem melhores, impõe-lhes um novo ordenamento econômico, que gera desemprego, violência, custos crescentes do provimento de serviços e equipamentos públicos, entre outros problemas.

A autora afirma também que a crise urbana deve ser entendida no contexto de um sistema produtivo mais amplo, bem como seus processos sociais e políticos, dentro do modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo dependente do país, marcado pela excessiva e perversa concentração de renda e riqueza, resultando na pés-

sima qualidade de vida da maioria da população.

É preciso, inclusive, relacionar historicamente esses problemas com os fenômenos globais, sobretudo com aqueles que demonstram as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo, com suas expressões de nível urbano e com o processo político do país, com o novo papel do Estado e seus efeitos nas políticas públicas, objeto de reivindicações dos movimentos sociais.

Salvador, como é conhecida hoje, está intimamente ligada à formação da sociedade brasileira e, em particular, a baiana, associada a uma base econômica e social do período compreendido entre os séculos XVI e XIX, caracterizado pela mão-de-obra africana escravizada e pelo processo de exclusão dos afrodescendentes, demarcando a territorialização da população na cidade.

Atualmente, dentro do contexto de desenvolvimento do sistema capitalista, Salvador apresenta-se como um dos lugares mais desiguais do país, conforme se verifica no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (GARCIA, 2002).

De acordo com Garcia (2002), no IDH, Salvador apresenta grandes contrastes, principalmente nos setores relacionados à renda, à educação, à saúde, à habitação, etc. Também de acordo com a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), Salvador é a cidade que apresentou, de 1995 a 1999, em termos absolutos e percentuais, a menor taxa de evolução dos indicadores entre as 12 maiores capitais brasileiras.

Para a autora, a “Cidade d’Oxum”, na visão dos seus moradores, sobretudo os situados nos bairros periféricos de Salvador, é bem diferente daquela apresentada pelos turistas e vivida pelas classes dominantes locais. Paradoxos como o da “terra da felicidade”, da “espontaneidade dos pobres”, “da baianidade”, “Todo mundo é d’Oxum/ Todo mundo é uma coisa só”, não revelam as estruturas de dominação racial, sexual e de classe que se expressam na cidade, que reproduz espacialmente as desigualdades. Isso deixa, principalmente, os afrodescendentes nas piores condições de vida, com problemas de saúde, violência, educação, moradia, desemprego, transporte, infra-estrutura, pobreza, racismo, e acrescenta-se aí o lazer, como os mais graves da cidade.

Nesta mesma direção, Paraguassu (2002) fala sobre a necessidade de se discutir a questão de quem constrói Salvador em sua realidade física, quem a imagina, quem a pensa e quem a ignora, montando a cada instante e em cada lugar, discursos tanto da cidade visível quanto da cidade invisível. Acrescenta ainda que

A compreensão de quem constrói e como se constroem tais

Luiz Carlos Rocha

discursos é ainda mais importante quando se sabe que podem coexistir, no mesmo espaço, dezenas de cidades visíveis e dezenas de cidades invisíveis, o que torna ainda mais difícil encontrar as chaves das portas que podem desvendar as invisibilidades e visibilidades, por duas razões básicas: o desprazer que as invisibilidades reais podem provocar e a impossibilidade de conhecê-las em sua totalidade.

Conforme o autor, os construtores cotidianos da cidade estão representados por diferentes grupos, classes ou camadas sociais, que têm modos peculiares de descobrir, comunicar e transmitir aspectos específicos da cidade. Entre tais grupos destaca-se o dos poetas, dos músicos, dos literários, dos artistas, dos intelectuais, dos marketeiros, dos culturais (que preservam as tradições e crenças), e, por fim, o mais importantes destes grupos construtores da visibilidade e invisibilidade da cidade, constituído pelas diferentes camadas, grupos ou classes de seus moradores que, cotidianamente, a produzem e reproduzem, de acordo com seus interesses e necessidades.

Entendendo que, dentre esses, prevalecem os interesses das camadas dominantes ou dirigentes, está claro que prevalece, também, a visibilidade de Salvador que esses desejam: a visibilidade do centro temático Pelourinho, a visibilidade da Orla Atlântica da Barra a Stella Maris, a visibilidade dos shopping-centers, a visibilidade do Bonfim, das festas e do carnaval.

A visibilidade das áreas de risco, em encostas deslizantes ou baixadas inundáveis na área dos subúrbios, a visibilidade dos conjuntos habitacionais e favelas que se espraiam da BR-324 à Paralela, a visibilidade dos inumeráveis bairros pobres que se estendem nos limites do Iguatemi, na retaguarda do parque do Aeroclub e nos portais da cidade, nas proximidades do Aeroporto e do Parque de Exposições ou, ainda, na segunda linha de ocupações ao longo da Paralela, só existe para seus moradores. É essa a cidade invisível para os visitantes, a cidade sem-vergonha, sem cidadania, sem dignidade, sem sabor e sem ilusões de alegria e festa.

(PARAGUASSU, 2001).

Dentro desse contexto, os marketeiros ocupam papel importante na construção da invisibilidade e visibilidade da cidade, separando os legítimos interesses da população, centrados na cultura e na cidadania, dos interesses demagógicos que ocultam propositalmente os males da cidade, tornando-os invisíveis aos olhos de visitantes e turistas, através da construção da cidade-vitrine, da cidade-espetáculo, da cidade que ofusca a miséria, a violência, a ausência de solidariedade e a cidadania com seus fogos de artifício, suas festas e seus balangandãs. Esta cidade é constantemente construída e destruída nos *outdoors*, cartões-postais e cadernos de turismo, pela força da mídia na sociedade, requerendo dos construtores da invisibilidade e visibilidade um permanente diálogo na tentativa de se alcançar uma cidade mais justa, democrática e agradável, pelo resgate da cidadania.

O professor e antropólogo Serra (2002)<sup>1</sup>, ao participar do Seminário “Quem faz Salvador?”, e ao discorrer sobre o tema “A cidade invisível”, chamou a atenção para a existência de várias cidades invisíveis - infelizes, mutiladas, ignoradas - que se ocultam por detrás de uma outra, luminosa, alegre e festejada: a “Salvador vitrine”, vendida como produto turístico.

Para ele, a expansão extraordinária da cidade, nos últimos 20 anos, bem como sua inserção no processo de globalização, é uma das razões pelas quais existe, à sombra, um enorme contingente populacional que não está sendo devidamente atendido - e estudado. Completa lembrando que, sem se conhecer a cidade, nega-se o processo de cidadania aos seus habitantes, mantendo, assim, sua exclusão.

Conhecer Salvador, entretanto, é uma tarefa certamente difícil e requer do observador um olhar repleto de sentidos, atento e aguçado sobre a realidade. De acordo com Espinheira, “Salvador é uma cidade dissimulada. Jamais é o que se diz dela, jamais se apresenta ao olhar em toda sua plenitude”. É hoje uma cidade recomposta, maquiada, esvaziada de sua expressão mais autêntica, “sua gente foi expulsa para dar lugar a outras pessoas que não têm relação vital com os seus espaços”. Diz ainda que

Nesta cidade interiorizada, escondida e envergonhada, habitam muitos milhares de pessoas; outras tantas vêem o mar à distância, mas constituem paisagem miserável quando vistas do mar, nas encostas dos morros do Subúrbio Ferroviário, no Bairro da Caixa D'Água, ou no perfil da cumeada da Liberdade. O mar, que

Luiz Carlos Rocha

quase rodeia a cidade, é também quase um privilégio, já que não é acessível a todos, embora a praia seja o lugar preferido dos baianos da Cidade da Bahia.

Neste sentido, Espinheira (2002) questiona se a baianidade, como estilo de vida, é a imagem folclorizada de um povo lento, e até mesmo preguiçoso, sensual e devotado ao misticismo e à voluptuosidade. Para ele, é justamente a capacidade de digerir o diferente e internalizá-lo como coisa sua, e de não poder ser definida como um tipo, como uma representação em um único ícone, que faz da Cidade da Bahia (Salvador) essa singularidade.

Roberto Da Matta, em seu livro *O que faz brasil, Brasil?*, também comenta sobre a “capacidade relacional” que se possui de articular o antigo e o moderno na sociedade brasileira. De acordo com o autor, o que faz brasil, Brasil é uma imensa, uma inesgotável criatividade acasaladora, em que se tem a convivência do político e do econômico misturada com as manifestações tradicionais e as crenças.

Essas particularidades fazem de Salvador uma das principais e mais complexas cidades do país, despertando interesse e curiosidade em artistas, intelectuais, políticos e em milhares de visitantes brasileiros e estrangeiros que, anualmente, freqüentam a capital baiana para observar seus atrativos naturais, culturais e econômicos, com o intuito de ver e compreender as transformações ocorridas no contexto local.

Entender a cidade de Salvador, portanto, é entender a síntese dos diferentes tempos sociais que se articulam e buscam se adaptar ou se afirmar perante as constantes mudanças ocorridas no mundo globalizado. Ou seja, deve-se reconhecer que, como cidade, Salvador convive diariamente com o tempo regido e regulado pelo mundo do trabalho, “tempo globalizado”, e com o tempo característico das heranças culturais herdadas historicamente pela sociedade baiana e soteropolitana.

O mesmo ocorre com o espaço, que deve ser discutido e compreendido dentro de uma visão ampliada de sociedade, não se restringindo aos aspectos físicos e geográficos, e sim partindo da complexidade de movimentos que gravitam em torno deles para observar como as crescentes demandas sociais proliferam e se organizam no espaço local.

De acordo com Santos, citado por Serpa (2001), o espaço é uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação:

Sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou

objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas.

Ainda de acordo com este autor, a terminologia “periferia”, apropriada da geografia, refere-se normalmente a áreas localizadas fora, ou nas imediações de algum centro. Porém, o que se percebe atualmente, inclusive em Salvador, é que muitas áreas afastadas do centro da cidade não são vistas e entendidas como periféricas. Parece ter ocorrido, ao longo dos tempos, uma redefinição do termo, que passou a ser entendido como áreas cuja infra-estrutura, equipamentos e serviços são deficientes, sendo essencialmente o principal espaço de reprodução social das comunidades de baixa renda, dos excluídos, mais vulneráveis às transformações políticas e econômicas.

As periferias urbanas como o lugar da residência de parcelas da população caracterizada como de baixa renda, diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se no espaço urbano, um processo social maior, de exclusão. A moradia, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial (SERPA, 1998).

Serpa (2001) afirma que estudos de caso têm mostrado bairros segregados, onde há isolamento não só em relação ao exterior, mas, sobretudo, um isolamento de áreas no interior dos bairros. Isso ocorre em decorrência da falta de planejamento urbano e das desigualdades sociais, que levam principalmente a construções irregulares, que fecham acessos e impedem a circulação, isolando as áreas. Daí a importância dos espaços de lazer que funcionam como espaços de integração social, intermediando a articulação entre as diferentes partes do bairro.

A urbanização extensiva que marca a sociedade contemporânea ocorre dentro da lógica dos diversos agentes formadores do espaço urbano. A percepção clara da construção desses fenômenos pode significar o caminho para a formulação de uma nova visão sobre a elaboração das políticas públicas, permitindo uma intervenção mais apropriada no espaço urbano, que deve estar centrado na democratização dos espaços e equipamentos de lazer, na garantia do acesso às minorias excluídas e discriminadas, aos portadores de necessidades especiais, etc., de forma ética e transparente.

Segundo Moura (2001), Plataforma é um dos mais antigos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, e está situado à margem da Avenida Suburbana, cercada, por um lado, pela orla marítima da Baía de Todos os Santos e, do outro lado, pelo conhecido Parque São Bartolomeu, tombado pelo patrimônio histórico da humanidade.

[...] pode-se perceber que os bairros do Subúrbio Ferroviário só começam a tomar corpo a partir do início deste século. Dentre esses bairros, deve ser feita uma exceção a Plataforma que, devido à instalação em 1886, da Fábrica de tecidos São Brás, já possuía uma aglomeração constituída, em parte, por operários da própria fábrica. (FONSECA; SILVA, 1989 citado por MOURA, 2001).

Para alguns autores, o nome Plataforma teria sido originado pela existência de uma balsa no formato de uma “plataforma flutuante”, que fazia a travessia marítima das pessoas de Plataforma até o bairro da Ribeira, na época em que outros meios de transporte, como ônibus e trem, eram precários ou não existiam. Embora não reconhecido pelo poder oficial, o bairro de Plataforma foi, no passado, um importante espaço, e abrigou grupos indígenas que marcaram decisivamente a história da cidade de Salvador.

De acordo com Moura (2001), em 1558, era uma Aldeia Jesuítica, a Aldeia de São João, constituída por índios da nação Tupi - os Tupinambá. Esta aldeia situava-se nas Ribeiras de Pirajá e o seu nome deu-se em homenagem a São João Evangelista, cuja festa celebrava-se no dia 27 de dezembro. Em 1560, ela foi destruída após uma rebelião indígena, liderada pelo chefe índio Mirangoaba, que buscava fugir da dominação portuguesa. Em 15 de março de 1561, começou a ser reconstruída pelo padre Gaspar Lourenço e o Irmão Simeão Gonçalves de Santiago.

Há fontes históricas que comprovam que, de fato havia uma aldeia de índios Tupinambá no local que os portugueses chamavam de Ribeiras de Pirajá e que compreende hoje toda a área que vai desde o que nós conhecemos como a Ribeira, na entrada da Enseada dos Tainheiros até o bairro de Pirajá, nas cabeceiras do rio que deságua naquela enseada e que forma aquela linda cachoeira que está dentro do Parque São Bartolomeu. (JOSÉ AUGUSTO L. SAMPAIO, 1998 citado por MOURA).

A aldeia constituiu-se em sede religiosa da Aldeia Espírito Santo em 1624, quando os

holandeses invadiram a Bahia. A Aldeia São João, que abrigava o Engenho São João, foi palco do primeiro sermão público em favor dos escravos negros, feito pelo Padre Antonio Vieira que, com 23 anos na época, ainda não era sacerdote. Para Fernandes, citado por Moura (2001), foi uma aldeia muito populosa, chegando a comportar 4000 índios, que se aglomeraram neste espaço por estar localizado perto do mar - facilitando a pesca de peixes e mariscos -, mangues e uma imensa floresta para a caça, água doce e um solo rico e propício a plantações.

Plataforma foi, em 1638, palco de alguns embates da independência da Bahia, através da tentativa holandesa de invadir a cidade. Caminho também tentado pelos portugueses, que utilizaram a “Estrada das Boiadas”, hoje “8 de novembro”, como via de comunicação entre o norte, o centro e a capital baiana. Outra grande importância do bairro de Plataforma para Salvador foi a linha férrea que, no passado, constituiu-se no principal mecanismo de ligação entre os moradores da região do subúrbio ferroviário com os demais lugares da cidade e outros municípios e estados, colaborando, principalmente, com o transporte de mercadorias.

Em 1875, com a implantação da estrada de ferro Calçada-Paripe, inaugurada em 1860, iniciou-se a expansão urbana rumo ao subúrbio ferroviário, sendo construída a Estação de Trem Almeida Brandão em Plataforma. Com isso, os moradores foram beneficiados com serviços que incluíam mercadorias que vinham do interior para abastecer a feira local, a iluminação elétrica, o transporte e a instalação da Fábrica Têxtil São Brás, proporcionando, à região, um desenvolvimento político e econômico significativo naquele momento histórico.

Perante as análises históricas até aqui desenvolvidas, é oportuno destacar algumas conclusões apreendidas. Em primeiro lugar percebe-se que a gênese do espaço suburbano coincide com a inserção da economia baiana no contexto das modernizações industriais, tendo em vista que aumentaram as ligações de Salvador com outras regiões através do fluxo de mercadorias, de capitais e idéias. Essa rede de ligações foi viabilizada através da via férrea e pelos transportes marítimos. Além do mais, é nos moldes destas modernizações que a indústria têxtil se instala nas áreas suburbanas e se articula com outros elementos já existentes no local, provocando o surgimento dos atuais bairros. (FONSECA; SILVA, citado por VELLANES, 2001)

Na atualidade, entretanto, o trem e o bairro deixaram de ser uma referência importante para a cidade, tornando-se símbolos da decadência física e do medo social, que se expressam na violência, no desemprego, na falta de infra-estrutura, na precariedade da educação, da saúde, do lazer, etc., vivenciados cotidianamente em Salvador.

Cabe ressaltar que, no seu período auge, a linha férrea trouxe muitos benefícios - como a instalação da fábrica de tecidos São Brás -, que proporcionaram o povoamento do bairro de Plataforma e a formação da Vila Operária. Este sistema fábrica/vila operária funcionava em casas alugadas a seus operários, que tinham acesso a uma creche para os filhos e a uma escola para os moradores dessas casas, pelas quais que até hoje pagam uma taxa mensal em dinheiro.

Com o deslocamento da produção fabril para o sudeste, no final do século XIX, e a descoberta do petróleo, nos anos 50, mudaram-se os rumos dos investimentos no país e do processo de produção, o que colaborou para a substituição das fábricas de algodão para as de materiais sintéticos, silenciando, em 1959, os teares da fábrica São Brás. Esta fábrica de tecidos desempenhou um papel importante na produção têxtil da Bahia, e marcou a história do bairro de Plataforma, remetendo seus moradores a um passado de glória e nostalgia. Como menciona Sandenberg, citada por Moura (2001)

Mas a desativação dessas fábricas não marcou apenas o fim de uma era na história da industrialização na Bahia; representou, também, o fim de um capítulo na história do operariado baiano. Despedida em massa, a grande maioria dos trabalhadores dessas fábricas - as mulheres principalmente -, não foi absorvido pela “nova” indústria, deixando de participar na esfera da produção (Guimarães, Castro 1987; Sandenberg, 1997). Ademais, junto às velhas fábricas, foram-se também as antigas vilas operárias e, com elas, uma forma distinta de comunidade, ou mesmo um modo de vida específico das classes trabalhadoras baianas, desapareceu.

Esta nostalgia também estava expressa nas comemorações realizadas no bairro, principalmente as festas populares, como a festa de Santa Mazonia, que acontecia sempre no dia 2 de julho (dia da Independência da Bahia), as festas e procissões religiosas, como a Procissão Marítima de São Pedro e Nossa Senhora<sup>2</sup>, e também o carnaval, que se fazia presente nas festas populares, com o desfile do “Bloco do Bacalhau”<sup>3</sup>, cujos integrantes eram os próprios operários da Fábrica São Brás.

Apesar da importância histórica, política e econômica do bairro, hoje, Plataforma,

assim como todo o Subúrbio Ferroviário, passa por um processo de degradação verificado na falta de infra-estrutura adequada e na ausência do poder público, servindo muitas vezes como espaço de “escoamento” da pobreza da cidade de Salvador.

Tal reconhecimento tem sido buscado pela organização local, a partir da sua entidade de classe, que tem procurado denunciar e participar do processo de intervenção sobre a política pública na esfera local. Dentre as entidades, pode-se destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Federação das Associações de Bairro de Salvador - FABS e pela Associação de Moradores de Plataforma - AMPLA<sup>4</sup>: ambas têm defendido a idéia de que os projetos oficiais precisam ser mais bem discutidos com as comunidades e que a gestão dos recursos públicos na elaboração dos projetos requer mais transparência, para que haja legitimidade na execução das ações.

Entre as principais reivindicações das entidades, estão as realizações do projeto de instalação de um Centro de Educação Popular do Subúrbio nas ruínas da antiga fábrica de tecidos (FATBRÁS), há muito tempo desativada, a instalação de lojas comerciais e de artesanato, de uma marina com embarcações ligando o bairro de Plataforma à Ribeira, a construção de auditórios e teatro para apresentação dos grupos locais, e ainda a revitalização da orla marítima no corredor ferroviário, dentro de um projeto turístico e de desenvolvimento local, pois, hoje, é utilizada pelos moradores basicamente para a coleta de lambretas, sururus, papa-fumos, rala-cocos, etc., praticamente a única opção econômica da região. A quantidade de pessoas que se dedicam a este trabalho é tão grande que a orla do subúrbio é conhecida como “orla marisca”, considerada, conforme o professor Serpa (1999), o melhor local para a pesca de marisco da Baía de Todos os Santos.

Portanto, é considerando este espaço de tensão entre o mundo real e do desejo, que se pretendeu discutir as políticas públicas na cidade, analisando os conflitos entre a Salvador visível e a Salvador invisível, tendo como objeto de investigação o bairro de Plataforma, escolhido pela importância histórica, cultural, política e econômica. Espera-se, desta forma, contribuir para o aprofundamento do debate político na cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAMATTA, Roberto. **O que faz Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001.
- ESPINHEIRA, Gey. A cidade invisível e a cidade dissimulada. In: LIMA, Paulo Costa (Coord.). **Quem faz Salvador**. Salvador: UFBA, 2002.
- GARCIA, Antonia. Movimentos sociais da cidade D’oxum. In: **Quem faz Salvador?** Coordenador Paulo Costa Lima et al. Salvador: UFBA, 2002.

MAGNANI, José Guilherme C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, Heloisa; GUTTIEREZ (Org.). **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas, SP: Autores Associados. Comissão de Pós-graduação da faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2000.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no Pedraço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOURA, Terciana Vidal. Memória de Plataforma: o resgate de histórias de bairro, como mecanismo de inclusão, identidade e participação social. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). **Educação na Bahia: Coletânea de textos**. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Editora da UNEB, 2001.

PARAGUASSU, Marcos. Os construtores do discurso sobre a cidade invisível. In: LIMA, Paulo Costa (Coord.). **Quem faz Salvador?** Salvador : UFBA, 2002.

RECHIA, Simone. Cidade, lazer e natureza: possíveis conexões. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE**, 12., 2001, Caxambu - MG. Anais... Caxambu - MG: CBCE, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo/Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, Ângelo. **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: UFBA, 2001.

VELLANES, Paulo de Tarso. A Fábrica São Braz como referência na memória social de Plataforma. In: MEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). **Educação na Bahia**. Coletânea de textos. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Editora da Uneb, 2001.

VITTE, Cláudete de Castro Silva. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (Org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo : Annablume: Fapesp, 2002.

## Notas

1 Reportagem “Salvador vitrine esconde faces invisíveis”. A Tarde, Salvador, 28 jan. 2001. Coluna Local.

2 Nesta festa, os moradores de Plataforma levavam São Pedro da Igreja de São João

em Plataforma, por via marítima, para encontrar Nossa Senhora na Igreja da Penha, no bairro da Ribeira. Esta festa acontecia no dia de São Pedro. (MOURA, 2001)

3 “Mais do que uma celebração de música e de dança pelas ruas, entretanto, o Bacalhau era um espaço privilegiado no qual as mulheres deixavam de lado a sua suposta passividade e recato, tomando iniciativas que eram comumente vistas como privilégio masculino. No bacalhau, as mulheres cantavam cantigas cheias de conotações sexuais o que, em outras circunstâncias, era considerado totalmente impróprio para lábios e vozes femininas”. (MOURA, 2001)

4 Segundo Serpa & Garcia (2002), a AMPLA nasceu como Associação das Mulheres de Plataforma, a partir da mobilização das mulheres - mães, pela recuperação de uma escola pública (que estava para desabar sobre seus filhos). Com 24 anos de existência, a entidade tem uma história de luta pela educação, saúde e recuperação da infra-estrutura do bairro. Também tem debatido com o poder público e com outros setores da sociedade a organização da cidade, principalmente no subúrbio ferroviário.